

## ATA DA 43ª SESSÃO DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2025

Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Salão Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, verificado o quórum e não havendo número legal, às dezesseis horas e trinta e dois minutos a sessão foi suspensa; Registre-se que às dezesseis horas e cinquenta e dois minutos a sessão foi retomada, verificado o quórum e havendo número legal, o Vereador Octávio Sampaio declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou o Vereador Tiago Leite que realizasse a leitura da ata anterior e do expediente. Realizada a leitura da ata anterior, esta resta aprovada. EXPEDIENTE: GP Projeto de Lei nº: 278/2025 CMP (5406/2025); GP Projeto de Lei nº: 275/2025 CMP (5407/2025); GP Projeto de Lei nº: 276/2025 CMP (5408/2025); GP Projeto de Lei nº: 277/2025 CMP (5409/2025); GP Diversos nº: 144/2025 CMP (5387/2025); GP Diversos nº: 146/2025 CMP (5388/2025); GP Diversos nº: 147/2025 CMP (5389/2025); GP Diversos nº: 151/2025 CMP (5390/2025); GP Diversos nº: 145/2025 CMP (5391/2025); GP Diversos nº: 140/2025 CMP (5392/2025); Projeto de Lei nº: 5327/2025 do Vereador Tiago Leite; Projeto de Lei nº: 5361, 5364, 5365, 5366, 5368, 5369, 5370, 5371, 5372, 5373, 5375, 5376 e 5377/2025 do Vereador Carlos Alberto; Projeto de Lei nº: 5362/2025 do Vereador Thiago Damaceno; Projeto de Lei nº: 5367/2025 do Vereador Dr. Aloísio; Projeto de Lei nº: 5374/2025 do Vereador Junior Paixão; Emenda Modificativa nº: 5345/2025 do Vereador Thiago Damaceno; Requerimento de Informação nº: 5348/2025 do Vereador Thiago Damaceno; Requerimento de Informação nº: 5396 e 5398/2025 da Vereadora Júlia Casamasso; Indicação nº: 4690/2025 do Vereador Léo França; Indicação nº: 4799, 5323, 5355 e 5360/2025 do Vereador Carlos Alberto; Indicação nº: 5016/2025 do Vereador Dudu; Indicação nº: 5340, 5341, 5342 e 5346/2025 do Vereador Thiago Damaceno; Indicação nº: 5352 e 5357/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; Indicação nº: 5378 a 5382 e 5384/2025 do Vereador Júnior Coruja; Indicação nº: 5383, 5385 e 5386/2025 do Vereador Junior Paixão; Terminada a leitura do Expediente o Vereador Thiago Damaceno solicitou a inversão de pauta e com a anuência dos demais Vereadores passou então à ORDEM DO DIA: Registrese que o Vereador Gil Magno solicitou que constasse em ata o nome do jovem João Vitor Souza Trindade da Silva (de 19 anos), que foi tragicamente morto no parque de diversões instalado no Parque de Exposição de Itaipava. Em sua homenagem foi realizado um minuto de silêncio em plenário, como forma de respeito e solidariedade; Ato contínuo. Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 1412/2025 do Vereador Tiago Leite; o Projeto foi aprovado com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Júnior Coruja, da Vereadora Gilda Beatriz e da Vereadora Júlia Casamasso; Colocado em discussão e votação o Requerimento de Inclusão nº: 5399/2025 do





Vereador Thiago Damaceno; o Requerimento foi aprovado com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio, do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Júnior Coruja; Colocado em discussão e votação o Requerimento nº: 5358/2025 do Vereador Thiago Damaceno; o Requerimento foi aprovado com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Junior Paixão e da Vereadora Gilda Beatriz; Registre-se que o Vereador Gil Magno solicitou que constasse em ata onde ressaltou a existência de um modelo de formação de Comitê Gestor, criado por meio de um decreto do prefeito Rubens Bomtempo em 2022, voltado especificamente para o Parque Municipal de Exposições de Itaipava -Prefeito Paulo Rattes. Segundo ele, essa estrutura pode ser aproveitada para a reativação do comitê, cuja retomada está sendo solicitada por meio de uma indicação legislativa que tramita atualmente na Câmara. Ele destacou que, durante o período em que o comitê esteve ativo, entre 2022 e o ano passado, foi possível observar transformações significativas no parque, resultado direto da atuação conjunta entre a sociedade civil, secretarias municipais e a própria gestão municipal. Um dos exemplos mencionados foi a mudança de responsabilidade da administração do parque, que passou da Secretaria de Turismo para a Secretaria do Meio Ambiente, possibilitando o uso de recursos provenientes do Fundo Municipal de Meio Ambiente. Entre os avanços obtidos nesse período, citou: A implantação da Guarda Civil Municipal no parque, aumentando a sensação de segurança no terceiro distrito; A proposta de instalação de uma base da CPTrans no portão B, complementando a presença da Guarda no portão A e oferecendo maior suporte à mobilidade urbana; A instalação de cinco banheiros que antes despejavam esgoto a céu aberto e que agora estão conectados a um sistema de biodigestores; A revitalização da ciclovia, antes inadequada para ciclismo e caminhadas; O plantio de mais de 500 mudas e a instalação de um viveiro em parceria com a iniciativa privada; A troca da iluminação por LED e a instalação de fotocélulas em áreas onde não havia pontos de energia; O tamponamento de um valão de esgoto proveniente do comércio local e a recuperação da margem do lago; A dragagem do lago, concluída no primeiro quadrimestre do ano, embora ainda faltem acabamentos como guarda-corpos, importantes para a segurança dos frequentadores. Reforçou que o comitê tinha papel fundamental na organização dos eventos realizados no parque, discutindo previamente todas as questões de segurança, mobilidade e infraestrutura com os órgãos competentes, como CPTrans, COMDEP e empresas contratadas para eventos. Finalizou solicitando, mais uma vez, a retomada do Comitê Gestor e elogiando a atuação anterior do secretário Samir, que integrava o comitê e demonstrava apoio à sua continuidade. Ato contínuo. Colocado em discussão e votação única da Indicação Legislativa nº: 2345/2023 do Vereador Júnior Coruja; a Indicação foi aprovada com 11 votos; Registre-se a ausência da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Junior Paixão e do Vereador Léo França; Colocado em discussão e votação em bloco das Indicações nº: 0110, 0111, 0112, 0474, 0571, 0823, 0824, 0864, 1126, 1568, 1571, 1575, 2640,



2649, 2662, 2899, 2976, 2977, 2981, 3197, 3198, 3884, 4224, 4225, 4231, 4357, 4524, 5135, 5168, 5169, 5186, 5238, 5239, 5241 e 5242; as Indicações foram aprovadas com 13 votos; Registre-se a ausência do Vereador Júnior Coruja e da Vereadora Gilda Beatriz; Terminada a ORDEM DO DIA o Senhor Presidente, passou a palavra aos Senhores Vereadores inscritos para fazer uso da tribuna, convidando assim a primeira Vereadora: 1) PROFESSORA LÍVIA, PCdoB -Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Utilizou a tribuna para fazer um alerta à gestão da educação municipal, expressando preocupação com atitudes que, segundo ela, colocam em risco a estrutura da educação pública no município. Criticou a forma como a gestão estaria tratando diretoras e diretores das unidades escolares, tratando-os como se fossem subordinados diretos da Secretaria de Educação ou da empresa terceirizada, desconsiderando o fato de que esses profissionais são servidores públicos concursados. De acordo com a vereadora, chegaram ao seu gabinete denúncias graves envolvendo a empresa terceirizada Capital Ambiental, que estaria enviando mensagens a diretoras e diretores escolares exigindo que selecionem trabalhadores terceirizados, como auxiliares de serviços gerais e cozinheiras para serem dispensados. A motivação, segundo a empresa, seria a intenção da prefeitura de reduzir o quadro de funcionários terceirizados, alegadamente como forma de contenção de gastos. Questionou os critérios adotados pela Secretaria de Educação para essa medida e cobrou esclarecimentos sobre onde esses recursos economizados seriam aplicados. Também exigiu transparência quanto ao cumprimento da obrigação constitucional de investir 25% do orçamento municipal na educação. Segundo ela, se há necessidade de reduzir o número de funcionários terceirizados, isso indicaria que há falta de servidores concursados, o que reforçaria a necessidade urgente de realização de novos concursos públicos. Apontou que, até o momento, não há convocação significativa desses profissionais para suprir a demanda nas unidades escolares. Destacou ainda a importância do trabalho realizado por essas profissionais nas áreas de limpeza e alimentação escolar, e levantou preocupações quanto ao impacto dessas demissões no funcionamento das escolas e creches do município. Foi encaminhado um requerimento de informação à Secretaria de Educação para que sejam esclarecidos os critérios usados para contratação e demissão de funcionários terceirizados, ressaltando que essa não é uma atribuição das diretoras e diretores escolares. Reforçou que tais decisões são responsabilidade exclusiva da empresa contratada, que é remunerada para cumprir essa função. Por fim, deixou claro que o papel da diretora, do diretor, das orientadoras e orientadores escolares e dos gestores adjuntos é voltado à administração pedagógica e administrativa da escola, e não à gestão de pessoal terceirizado. Se comprometeu a acompanhar de perto o caso e afirmou que seu mandato seguirá atuando para impedir o desmonte da educação pública no município. Também reiterou que, se houver demissões, a prefeitura deve apresentar um plano claro de substituição por profissionais concursados. Agradeceu



Câmara Municipal de Petrópolis

despediu-se. 2) JÚLIA CASAMASSO, PSOL - Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Manifestou-se na tribuna sobre as denúncias envolvendo a demissão de cozinheiras da rede municipal de ensino, ressaltando que essa situação também chegou ao seu gabinete e gerou grande preocupação. Ela relembrou o Decreto nº 555, de agosto de 2023, que extinguiu mais de mil postos de trabalho na educação pública municipal. Desde então, seu mandato tem se posicionado contra essa medida, inclusive por meio da apresentação de um projeto de decreto legislativo com o objetivo de sustar seus efeitos. Destacou que a terceirização dos serviços públicos tem como foco principal o lucro, o que frequentemente resulta na precarização das condições de trabalho. Ressaltou que sua crítica não se dirige aos trabalhadores terceirizados, que também merecem emprego digno, mas à lógica que torna o serviço terceirizado mais caro para o município, ao mesmo tempo em que os profissionais continuam recebendo salários baixos, sem estabilidade e com atrasos no pagamento e direitos trabalhistas frequentemente desrespeitados. Diante disso, defendeu a valorização dos servidores públicos concursados, que têm direito a plano de cargos e salários, vale-transporte, vale-alimentação e garantias trabalhistas. Enfatizou a necessidade de retomar o debate sobre o Decreto nº 555 e reforçou a importância de manter os serviços públicos sob responsabilidade de servidores efetivos, não precarizados. A respeito das demissões em curso, informou que seu gabinete também enviou requerimentos de informação à Secretaria de Educação, solicitando esclarecimentos sobre os critérios utilizados para os desligamentos. Mencionou ainda que está em tramitação na Câmara um projeto de lei de sua autoria que estabelece a obrigatoriedade de deliberação conjunta entre a gestão escolar e a comunidade escolar antes da demissão de trabalhadores terceirizados, buscando garantir mais respeito e reconhecimento àqueles que fazem parte do cotidiano das escolas. Criticou o modelo de contratação por RPA, apontando que esses profissionais não recebem por feriados, fins de semana, nem têm direito a planejamento, atestado médico ou estabilidade. Destacou que essa forma de vínculo representa precarização tanto do serviço quanto do trabalhador, e reforçou que um serviço público de qualidade só é possível com servidores valorizados. Aproveitou a oportunidade para convidar a população a acompanhar a audiência pública sobre a recomposição salarial dos servidores municipais, marcada para as 19h daquele mesmo dia, ressaltando que a pauta envolve todas as categorias e impacta diretamente na qualidade dos serviços prestados à população. Lembrou que, no final do ano anterior, a Câmara aprovou um aumento de 70% para os salários do prefeito, vice-prefeito e secretários, e cobrou a mesma urgência na valorização dos demais servidores. Encerrando sua fala, comentou duas ações recentes. A primeira foi a realização de uma atividade de assistência popular nas ruas, na última quarta-feira, envolvendo advogados trabalhistas, representantes da OAB, sindicatos e o INSS, com o objetivo de orientar a população sobre direitos trabalhistas e processos de aposentadoria. Agradeceu aos envolvidos e anunciou que





## Estado do Rio de Janeiro Câmara Municipal de Petrópolis

novas edições já estão sendo planejadas. Por fim, relatou uma visita realizada à comunidade da Rua Nova, onde os moradores seguem sem respostas quanto à continuidade das obras prometidas. Segundo ela, a situação é grave, com risco à segurança das famílias, e há incerteza sobre o retorno às residências. Cobrou informações da Defesa Civil e solicitou à Secretaria de Obras do município e do Estado esclarecimentos sobre a responsabilidade pela execução e conclusão da obra, bem como sobre os riscos ainda existentes. Reforçou o compromisso de seu mandato com essa pauta e lembrou que ainda neste mês será apresentado o relatório do primeiro quadrimestre da Defesa Civil, o que pode ajudar a avançar nas soluções. Finalizou renovando o convite para que a população acompanhe a audiência pública sobre a recomposição salarial dos servidores municipais. Agradeceu e despediu-se. Registre-se que o Vereador Octávio Sampaio solicitou que constasse em ata a falta do Vereador Júnior Coruja, pois este encontra-se hospitalizado; Encerrada a FALA DOS VEREADORES E VEREADORAS, e NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, a Presidência, às dezoito horas e vinte minutos declarou encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores e Vereadoras para a próxima sessão, que ocorrerá em sete de maio de dois mil e vinte e cinco, às dezesseis horas. Escrevo, atesto e assino para fazer constar, Vinicius Martins Assessor para Procedimentos Públicos. Registre-se e publique-se.

Vinicius Martins



